



Política de Privacidade de Dados



POLÍTICA DE PRIVACIDADE DE DADOS

OBJETIVO

A Política de Privacidade (“Política”) tem como finalidade informar de que forma a Riza SEC realiza o tratamento de dados pessoais, descrevendo as categorias de informações coletadas, as finalidades e bases legais que justificam seu uso, bem como as situações em que poderá ocorrer o compartilhamento desses dados com terceiros.

Este documento também apresenta as medidas adotadas para garantir a segurança e a proteção das informações tratadas, além de orientar as pessoas usuárias, clientes, colaboradores e demais titulares sobre os canais e procedimentos disponíveis para o exercício dos direitos previstos na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – “LGPD”).

Ao disponibilizar seus dados pessoais, o titular declara ter ciência das práticas aqui descritas e de que esta Política pode ser atualizada periodicamente para refletir mudanças legislativas, operacionais ou tecnológicas relacionadas ao tratamento de dados.

ABRANGÊNCIA

Esta Política é aplicável a todas as pessoas que, por qualquer motivo, tenham solicitado contato ou realizado cadastro por meio do website institucional, bem como àquelas que participam ou estejam envolvidas de alguma forma em operações conduzidas pela instituição, incluindo, mas não se limitando a: clientes, investidores, devedores, cedentes, agentes fiduciários, custodiante, avalistas, fiadores, partes de contratos oferecidos em garantia, beneficiários, empregados ou familiares de quaisquer desses titulares.

Aplica-se igualmente a pessoas envolvidas em processos judiciais nos quais a instituição figure como parte, assim como a sócios, administradores, representantes ou empregados de pessoas jurídicas relacionadas às operações conduzidas, e ainda a profissionais que prestem assessoria ou suporte técnico em atividades de interesse da instituição. Em todos esses casos, ao compartilhar seus dados pessoais, o titular consente com o tratamento conforme estabelecido nesta Política.

Para fins desta Política e da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), a Riza SEC será considerada a controladora dos dados pessoais aqui tratados. Assim, quaisquer solicitações,



dúvidas ou reclamações relacionadas ao tratamento de dados pessoais devem ser direcionadas exclusivamente aos canais oficiais disponibilizados pela instituição responsável pelo tratamento.

VIGÊNCIA

Esta Política tem a vigência de dois anos a partir de sua publicação, devendo ser revisada e atualizada em caso de alterações de normativos ou mudança significativa nos procedimentos de privacidade de dados da Instituição.

DEFINIÇÕES

- LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais): legislação que estabelece regras para o tratamento de dados pessoais, visando proteger direitos de liberdade, privacidade e personalidade.
- Dados Pessoais: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
- Dados Pessoais Sensíveis: dados sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político; dados referentes à saúde, vida sexual, dados genéticos ou biométricos.
- Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais.
- Tratamento: qualquer operação realizada com dados pessoais, como coleta, uso, armazenamento, compartilhamento e eliminação.
- Banco de Dados: conjunto estruturado de dados pessoais armazenado em formato físico ou digital.
- Encarregado (DPO): pessoa indicada pelo controlador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

DIRETRIZES

Esta seção estabelece as diretrizes aplicáveis ao tratamento de dados pessoais, incluindo sua coleta, utilização, armazenamento, compartilhamento e demais operações previstas na legislação. São especificadas as categorias de dados tratadas, as finalidades e bases legais que justificam o tratamento, bem como as medidas técnicas e administrativas adotadas para assegurar a proteção, confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



PÚBLICO-ALVO

MUTUÁRIOS DAS OPERAÇÕES

Dados pessoais tratados:

Nome, CPF, endereço, estado civil, renda mensal, profissão, telefone, e-mail, informações cadastrais e financeiras, informações societárias, dados de adimplência.

Finalidades do tratamento:

Atendimento via canais oficiais, processamento de pagamentos, gestão de adimplência, cobrança, controle e gestão de recebíveis, atividades contábeis e fiscais, elaboração de relatórios obrigatórios, realização de auditorias, convocação de assembleias, emissão de documentos e termos, formalização contratual, verificação de conformidade do titular com os requisitos da operação e atividades relacionadas a seguro vinculado ao crédito.

DEVEDORES OU CEDENTES

Dados pessoais tratados:

Nome, CPF, RG, e-mail, endereço, bens imóveis, informações de locação, dados financeiros, dados bancários, participação societária, profissão, estado civil, declarações fiscais, informações reputacionais, menções em listas restritivas e de mídia, processos judiciais, dados de crédito, informações de parentes próximos (nome, CPF e telefone).

Finalidades do tratamento:

Processamento de pagamentos, controle de adimplência, cobrança, gestão contábil e fiscal, auditorias, convocação de assembleias, análise de legitimidade na outorga de poderes, verificação de aderência aos requisitos da operação, formalização contratual, análise de viabilidade financeira e jurídica e emissão de classificações de risco por terceiros.

FIADORES OU GARANTIDORES

Dados pessoais tratados:



Nome, CPF, RG, e-mail, endereço, estado civil, naturalidade, dados financeiros e de crédito, bens imóveis, informações societárias, informações reputacionais, dados fiscais, menções em listas restritivas e de mídia, processos judiciais, dados bancários, telefone e informações de familiares próximos.

Finalidades do tratamento:

Processamento de pagamentos, atividades contábeis e fiscais, auditorias, controle de obrigações contratuais, verificação de conformidade com exigências das operações, emissão de listagens obrigatórias, análise de viabilidade financeira e jurídica e formalização de documentos.

INVESTIDORES

Dados pessoais tratados:

Nome, CPF, e-mail, endereço, dados cadastrais, informações financeiras, perfil de investimento, declarações fiscais, documentos comprobatórios, dados reputacionais, informações societárias e dados de custódia.

Finalidades do tratamento:

Envio de comunicações e materiais informativos, prospecção, processamento de pagamentos, gestão de investimentos, atividades contábeis e fiscais, auditorias, convocação de assembleias, verificação de legitimidade na outorga de poderes, distribuição de títulos e execução de obrigações regulatórias.

SÓCIOS, ADMINISTRADORES E REPRESENTANTES DE PESSOAS JURÍDICAS ENVOLVIDAS NAS OPERAÇÕES

Dados pessoais tratados:

Nome, CPF, endereço, estado civil, informações contratuais, profissão, dados financeiros, participação societária, declarações fiscais, dados reputacionais, informações de crédito, menções em mídias e listas restritivas e processos judiciais.

Finalidades do tratamento:

Pagamentos, atividades contábeis e fiscais, auditorias, controle de obrigações



contratuais, análises jurídicas e financeiras, formalização documental e atendimento a obrigações regulatórias.

TERCEIROS BENEFICIÁRIOS INDICADOS PELOS DEVEDORES

Dados pessoais tratados:

Dados bancários, nome, CPF, e-mail, informações societárias.

Finalidades do tratamento:

Efetivação de pagamentos e obrigações contratuais, atividades contábeis e fiscais, auditorias e execução das operações.

USUÁRIOS CADASTRADOS NO WEBSITE

Dados pessoais tratados:

Nome, CPF, e-mail, telefone, endereço, estado civil.

Finalidades do tratamento:

Envio de comunicações institucionais, confirmação de identidade, atendimento a solicitações e manutenção cadastral.

ASSESSORES E PROFISSIONAIS DE TERCEIROS ENVOLVIDOS NAS OPERAÇÕES

Dados pessoais tratados:

Nome, e-mail, telefone, cargo e identificação profissional.

Finalidades do tratamento:

Envio de comunicações, encaminhamento de documentos e informações necessárias à execução das operações

COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais podem ser compartilhados com terceiros quando necessário para a execução das operações, cumprimento de obrigações legais ou regulatórias,



atendimento a determinações judiciais ou administrativas e realização de atividades operacionais.

Os dados podem ser compartilhados com:

- a. Prestadores de serviços especializados;
- b. Investidores envolvidos nas operações;
- c. Órgãos reguladores;
- d. Entidades do mercado financeiro;
- e. Agências de classificação de risco;
- f. Seguradoras;
- g. Agentes fiduciários, custodiante e demais participantes das operações;
- h. Escritórios jurídicos;
- i. Empresas de auditoria;
- j. Empresas de armazenamento documental.

Quando houver transferência internacional indireta por fornecedores de tecnologia, são adotadas garantias contratuais e medidas previstas na LGPD para assegurar nível adequado de proteção.

MEDIDAS DE SEGURANÇA ADOTADAS

São implementadas medidas técnicas e administrativas compatíveis com a LGPD para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perdas, destruição ou divulgação inadequada, incluindo:

- Política de Segurança da Informação;
- Controle de acessos;
- Rotina de backups;
- Procedimentos seguros de descarte;
- Comunicação criptografada e canais seguros;
- Ambiente de desenvolvimento segregado com dados anonimizados;
- Auditores, testes e metodologias de desenvolvimento seguro.

PRAZO DE ARMAZENAMENTO

Os dados pessoais são armazenados pelo período necessário ao cumprimento das finalidades descritas, obrigações legais e regulatórias e eventual exercício de direitos em processos administrativos ou judiciais. Os prazos podem ser solicitados pelo titular conforme direito de acesso previsto na LGPD.



DIREITOS DO TITULAR

O titular pode, a qualquer momento e mediante requisição:

- i. Confirmar a existência de tratamento;
- ii. Acessar seus dados pessoais;
- iii. Solicitar correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- iv. Requerer anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários ou tratados em desconformidade;
- v. Solicitar portabilidade, conforme regulamentação da ANPD;
- vi. Revogar consentimento, quando aplicável;
- vii. Solicitar informação sobre compartilhamento;
- viii. Opor-se ao tratamento baseado em outras bases legais;
- ix. Peticionar à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

A organização não realiza decisões unicamente automatizadas que produzam efeitos jurídicos relevantes sobre o titular.

CONTATO DO ENCARREGADO (DPO)

O titular poderá exercer seus direitos ou esclarecer dúvidas por meio do canal oficial do encarregado pelo tratamento de dados pessoais (DPO), informado pela organização em seus meios institucionais.

BASE NORMATIVA

A base normativa inclui, sem limitação, os seguintes:

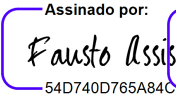
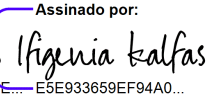
- Lei nº 13.709/2018: Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- Lei nº 13.853/2019: Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências.

A Riza SEC reforça a necessidade de monitoramento constante das alterações legislativas e regulatórias pertinentes, bem como da adoção de medidas adequadas sempre que houver atualização normativa, incluindo a revisão desta Política.



APROVAÇÕES

Esta Política foi formalmente aprovada pela Diretora de Compliance da instituição, reforçando o compromisso com as melhores práticas de governança e conformidade regulatória.

Assinado por:	Assinado por:
	
54D740D765A84CE...	E5E933659EF94A0...